

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

POLÍTICAS SOCIAIS

PADRÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite

Rita de Cássia Cavalcante Lima

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

Marcelo Rangel

Jessica Cirrota

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

João Bosco Telles

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 1
2018
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 1	p. 1-404	2018
------------------------	----------------	-------	------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.
Para ver uma cópia desta licença, visite:
http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ
minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro
revistas.ufrj.br

A foto da capa é de Bharath GS - Unsplash.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

DA CARIDADE AO DIREITO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA: SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE

PROFESSIONAL PRACTICE OF THE SOCIAL ASSISTANT:
CHARITY OF SOCIAL LAW AS AN INSTRUMENT OF CITIZENSHIP

Ana Claudia de Jesus Barreto
Cynthia Santos Ferrarez
Warllon de Souza Barcellos

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 1

p. 97-124

2018

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social no desenvolvimento de sua prática, em decorrência das transformações societárias provocadas pela política neoliberal. A análise partiu da historicidade da prática profissional, desde o surgimento do Serviço Social brasileiro, passando pelo movimento de renovação e chegando ao projeto ético-político comprometido com valores emancipatórios. Concluímos que a prática profissional desenvolvida pelo Assistente Social tem se deparado com alguns desafios decorrentes da agudização das expressões da questão social.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania; Prática Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by Social Work professionals in the development of their practice, due to the societal transformations provoked by neoliberal politics. The analysis started from the historicity of professional practice, from the emergence of Brazilian Social Work, through the renewal movement and reaching the ethical-political project committed to emancipatory values. We conclude that the professional practice developed by the Social Worker has faced some challenges arising from the sharpening of expressions of the social question.

KEYWORDS

Citizenship; Professional Practice; Social Work.

Recebido em 11.09.2017

Aprovado em 06.06.2018

INTRODUÇÃO

Abordar sobre a prática profissional do Assistente Social sem fazer uma conexão com o referencial teórico-metodológico e com as ideologias que serviram de base ao exercício profissional nos primórdios históricos do Serviço Social é, no mínimo, sem sentido. Este artigo trata da prática profissional, fazendo uma conexão com os primórdios do surgimento do Serviço Social.

Tal cenário reflete diretamente na prática desenvolvida pelos Assistentes Sociais na contemporaneidade, tendo em vista o aumento, de forma expressiva, das demandas apresentadas pelos usuários a esses profissionais. Contudo, essas demandas nem sempre são atendidas devido aos poucos recursos que o Estado destina às políticas públicas diante do contexto neoliberal, cujo caráter é eminentemente restritivo e contencionista.

A pesquisa foi realizada utilizando fontes primárias de autores dedicados à pesquisa em Serviço Social. Partiu-se da análise da historicidade da prática profissional, desde o surgimento do Serviço Social brasileiro, passando pelo movimento de renovação e chegando ao projeto ético-político comprometido com valores emancipatórios.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DA COERÇÃO E DO CONSENSO

O Serviço Social surgiu no Brasil, a partir da década de 1930, no bojo de um contexto econômico, político e social que o justificou. Para Martinelli (2011, p. 121) foi “fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia” aliado ao apoio da Igreja Católica, cuja referência era o Serviço Social europeu.

No plano econômico, houve o início da industrialização de base e a entrada do capitalismo monopolista no país. No político, a mudança de polarização do poder, que saiu da rota Minas Gerais-São Paulo e foi assumido pelo gaúcho Getúlio Vargas, através do movimento tenentista golpista, o qual quebrou a dominância política intitulada “café com leite”. No aspecto social, surgiu o operário urbano e o fenômeno

da migração interna (campo-cidade), em decorrência da crise do café. Este contingente populacional gerou demandas, como saúde, educação, moradia e transporte. Foi, então, que os problemas urbanos começaram a ter uma nova configuração devido à exploração da força de trabalho, fazendo com que a classe trabalhadora começasse a reivindicar melhores condições de vida. Por isso Martinelli afirma que:

A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial, típica da 1ª república, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (MARTINELLI, 2011, p. 122).

Em virtude da efervescência do contexto explicitado, o Estado assumiu para si a responsabilidade da reprodução da classe trabalhadora, porém fez uma aliança com a Igreja e a burguesia. Aliás, já havia um movimento social leigo dentro da Igreja Católica, com o objetivo muito claro de divulgar a Doutrina Social da Igreja, representada pelas encíclicas papais, como a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, para a recristianização da sociedade. Pretendendo recuperar suas áreas de influência e de poder, a Igreja Católica aliou-se ao Estado, a fim de combater as ideias comunistas e liberais que estavam influenciando a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, seriam obstáculos para a entrada do capitalismo monopolista no Brasil. Assim, iniciou a formação e a preparação de jovens senhoras burguesas, partes constituintes do apostolado leigo, para trabalhar junto à família operária, com a finalidade de adaptar e enquadrar a classe trabalhadora nas relações sociais capitalistas de exploração e de dominação sobre o trabalho.

No contexto brasileiro, as atividades exercidas pelas jovens senhoras estavam voltadas para o “soerguimento moral” das famílias

operárias, pois a concepção ideológica que norteava as suas ações era conservadora e funcional, desconsiderando a estrutura social e focalizando apenas o fenômeno. Sendo assim, a ação social estava apenas voltada para o indivíduo, concebido como o portador da anomalia e do desajuste social. Por conta disso, a família era o alvo de intervenção, uma vez que, ajustando os seus membros, haveria uma sociedade em que a paz e a ordem social seriam vigentes.

Parafraseando Iamamoto (2011), a questão social era tratada como um problema moral, o qual deveria ser sanado através da ação educadora das massas atomizadas social e moralmente. Desconsiderando totalmente as particularidades dos indivíduos e suas condições materiais de existência, determinadoras de sua consciência e de sua forma de atuar no mundo, a atividade assistencial era utilizada como pano de fundo para atender um propósito ideológico e econômico da classe dominante, como sinaliza Martinelli (2011, p.126): “a identidade da prática social consistia exatamente em suas funções ideológicas de controle social, através das quais exercia de modo indireto uma importante função econômica, contribuindo para o fluxo expansionista do capital.”

A prática profissional nasceu embebida do conservadorismo e direcionada pela classe dominante, criando a identidade profissional, ou seja, o Serviço Social surgiu no Brasil no movimento social leigo da Igreja Católica para atender aos interesses da classe dominante e, ao mesmo tempo, quem executava a prática social eram jovens pertencentes a essa mesma classe dominante (MARTINELLI, 2011).

Surgiu, assim, o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) para uma ação educativa e moralizadora junto à classe trabalhadora. Mais tarde, foi fundada a primeira Escola de Serviço Social na cidade de São Paulo, em 1936. Vale ressaltar que a fundação das Faculdades Católicas no país, tal como a Pontifícia Universidade Católica (PUC), foi uma estratégia da Igreja Católica para difusão da sua Doutrina Social.

Convém destacar ainda que a base filosófica da prática profissional na sua origem estava pautada na filosofia de Santo Tomás de Aquino, que entendia as pessoas como ser social dotado de razão e

a sociedade, como resultado da união dos homens, que possuíam o intuito de promover o bem comum. No campo das ciências sociais, a teoria conservadora embasava também as ações assistenciais.

Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão especial, voltada para os elevados ideais de serviço do Homem (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

As assistentes sociais eram vistas como missionárias, cuja tarefa a cumprir era atender às necessidades das famílias e dos seus componentes, visando à promoção do bem-estar de todos, desarticulando assim qualquer iniciativa coletiva de reivindicação da classe trabalhadora.

Com a criação das escolas de serviço social começou uma melhora na preparação em nível técnico-científico, ou seja, iniciou-se o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação, porém não houve ruptura com a intenção política subjacente à prática profissional, a coerção, tampouco o consenso junto à classe trabalhadora. A partir da década de 40, o Serviço Social brasileiro começou a receber as influências das escolas de Serviço Social franco-belga e americana. Esta última importou, para o Brasil, os métodos de trabalho de casos, grupos e comunidades.

Para Iamamoto (2011, p. 28) esse “arranjo teórico-doutrinário-operativo” manteve o caráter missionário da profissão e, ao mesmo tempo que atualizou as marcas de origem da mesma, atendeu às exigências de “tecnificação”, que lhe eram impostas pela sociedade e pelo próprio Estado. Permitiu-se, também, que a proposta profissional estivesse adequada à ordem burguesa, instaurando uma ambiguidade na consciência dos agentes profissionais.

A ação que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos excessos de diferenciação social, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço homem – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2011, p. 28).

Havia uma questão interna, subjetiva dos agentes sociais, que era o serviço ao próximo, pautado na base religiosa, visando o bem comum. Entretanto, ao mesmo tempo que essa prática gerava uma alienação, possuía um propósito econômico e promovia a negação da intenção subjetiva, pois o resultado da ação era promover um enquadramento da classe trabalhadora à ordem social, incorrendo, deste modo, em uma incoerência, devido ao distanciamento entre a prática e a teoria.

A profissionalização do Serviço Social se iniciou quando o Estado passou a demandar nas suas organizações e instituições sociais esse tipo de trabalhador, em decorrência do avanço do capitalismo no país e, concomitantemente, do crescimento dos conflitos de classe e das exigências da força de trabalho para sua reprodução social. O Estado, por uma necessidade estratégica até mesmo de legitimação e de contenção junto à classe trabalhadora, passou a intervir nas relações de trabalho e na promoção dos direitos sociais. Neste período foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões, o SESI, SENAI e SENAC.

Com o surgimento das grandes instituições, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transforma-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada, que passa a absorver, além de representantes das elites que constituem a predominância da composição dos profissionais, setores médios e da pequena burguesia, que passam a se interessar por essa profissão remunerada (SILVA e SILVA, 2009, p. 25).

Para trabalhar no interior dessas Instituições Sociais, o Estado requiritava os assistentes sociais, que se transformavam, então, em trabalhadores assalariados. Houve também uma mudança no perfil desses trabalhadores: antes, eram representados pela classe alta;

a partir desse momento, passavam a se originar da classe média. Se antes a prática profissional estava voltada para a distribuição da caridade, doravante o profissional era requisitado para ser o executor das políticas sociais.

Achamos importante demarcar o propósito do Estado Vargas, em requisitar esse tipo de profissional qualificado para atuar nas suas organizações. O clima político era tenso devido à ditadura estabelecida pelo governo, que lançava mão das políticas sociais para absorção da demanda social, com o propósito de amenizar a insatisfação com o nível de desproteção e exploração da classe trabalhadora. Este fato demonstra o caráter coercitivo e manipulador que estava por trás das políticas sociais desenvolvidas e executadas pelos assistentes sociais. Não houve uma mudança na identidade profissional, tendo sido mantidas as marcas originais e a orientação conservadora.

Realizando a complexa tarefa de tentar conciliar o inconciliável, promovendo o ajustamento entre o capital e o trabalho, ou criando formas ideológicas de anular as reivindicações coletivas, esvaziando-as de sua realidade política, os assistentes sociais eram muito úteis ao sistema capitalista e muito valorizados pela burguesia (MARTINELLI, 2011, p. 129).

Podemos verificar que não existia no interior da prática profissional qualquer vínculo ou projeto com a classe trabalhadora. A prática profissional era demandada pela classe dominante. Mesmo realizando o atendimento ao trabalhador e à sua família, promovendo alguma melhoria na qualidade de vida, ainda assim as ações dos profissionais da assistência social estavam quase que inteiramente voltadas para os interesses capitalistas e pouco aos da classe trabalhadora.

As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais serão bastante restritas, em função tanto do raio limitado de atuação dos órgãos públicos de Serviço Social, como da incapacidade das instituições particulares de assistência em se constituírem em bases que tornasse viável a política de encaminhamento, elemento essencial do Serviço Social de casos individuais naquele momento (IAMAMOTO, 2006, p. 190-191).

Não havia uma consciência de classe desses profissionais que estavam mergulhados na identidade atribuída pelo Estado, pelo empresariado e, segundo Martinelli (2011, p. 130), possuídos pelo fetiche da prática não conseguiam tomar consciência das contradições que os envolviam”. Em decorrência desse fato, não podiam superá-las.

As experiências dos assistentes sociais no campo empresarial limitaram-se a exercer uma lógica racional dos serviços assistenciais ou na sua implantação, bem como atuar, conforme Martinelli (2011, p. 196), “nas atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lazares educativos”.

A atuação dos assistentes sociais junto ao trabalhador e à sua família era a de garantir um nível de vida moral, física e econômica normal, isto é, era uma atuação moralizadora que pretendia ajustar e adaptar o trabalhador às leis trabalhistas e às suas funções na empresa.

Para lamamoto (2011), pós-64, houve uma atualização da herança conservadora, justamente no período ditatorial que atravessou o país. O Serviço Social responde às novas demandas de controle e repressão da classe trabalhadora, exigidas pelo Estado e pelo capital, atualizando o “discurso”, os “métodos de ação” e o “projeto de prática profissional”.

Havia uma burocratização das instituições e aparelhos estatais, e a assistência social acompanhava toda essa mudança. Existia também uma preocupação em melhorar o instrumental operativo, a metodologia, o diagnóstico e o planejamento, tendo em vista que a prática profissional precisava se aperfeiçoar para melhor atender aos interesses da classe dominante, que se mantinha no plano, segundo lamamoto (2011, p. 33), “das mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, tendo em vista sua adequação aos novos ritmos de desenvolvimento”.

Nesse período, não levando em consideração as condições materiais e objetivas do trabalhador, alguns segmentos da categoria profissional começaram a psicologizar os problemas sociais, que deveriam ser resolvidos através do diálogo. Quanto aos problemas

em decorrência da exploração do trabalho, estes deveriam ser resolvidos no nível da subjetividade.

O cliente não deve ser visto como um pobre, mas como uma pessoa: todos os cidadãos são clientes potenciais do Serviço Social, visto que todos podem apresentar problemas relacionais e afetivos que precisam de orientação psicossocial (IAMAMOTO, 2011, p. 34).

Para lamamoto (2011), existem dois elementos que marcaram a prática profissional nesse capítulo da história do país e da profissão. Aqueles que diziam respeito às questões da economia, transformados em problemas assistenciais, e os direitos a ajuda, favor e benefícios, decorrentes da carência e dos desajustes individuais. Ao mesmo tempo, todos esses processos dificultavam ao profissional perceber os efeitos da sua ação.

Na prática a utilização do Serviço Social pelo Estado e pela classe dominante não passava, como sinalizou lamamoto (2011, p. 34), de uma “alternativa confiável de enfrentamento da questão social”, que legitimou a sua intervenção nas instituições, seja no campo estatal ou empresarial, aprofundando ainda mais a sua subordinação aos interesses do capital e menos ainda aos da classe trabalhadora.

A reificação, infiltrada na consciência dos agentes, levava-os a reproduzir os fetiches da sociedade capitalista, transformando a sua própria relação profissional em uma relação mediatizada por interesses econômicos, por posição no processo produtivo e por posições políticas. Tornava-se impossível, desta forma, desenvolver identidades de interesses, objetivos comuns e, especialmente consciência política, crítica, uma vez que seus elementos fundantes eram tragados pela força da alienação (MARTINELLI, 2011, p. 134).

A prática profissional até meados da década de 1960 foi marcada pelo pragmatismo, empirismo e norteadas pelas ideias conservadoras. Os profissionais não tinham consciência dos efeitos políticos das suas práticas exercidas junto às famílias e à classe trabalhadora. A identidade profissional era atribuída pela classe dominante e pelo

Estado, ou seja, a razão de ser do Serviço Social era determinada pela classe hegemônica, que legitimava o trabalho desses agentes, cujo propósito se encontrava na coerção e no consenso das classes subalternas.

Todo esse processo resultou numa prática profissional esvaziada de conteúdo crítico, pois a estrutura econômica e política não era considerada para entender a exploração de classe e a pobreza decorrente e, ao mesmo tempo, não correspondia aos interesses e demandas da classe trabalhadora.

Martinelli(2011) discutiu justamente a repercussão ou os efeitos desse ponto original do Serviço Social no Brasil, os quais rebatem, ainda hoje, na categoria profissional. A autora considerou na sua análise dois fenômenos: A “aristocracia profissional” e a “consciência estatutária”.

O primeiro fenômeno dizia respeito à mudança do perfil dos profissionais, que antes eram jovens senhoras pertencentes aos setores burgueses e, após a institucionalização da profissão pelo Estado, os setores médios passaram então a se interessar pela formação em Serviço Social.

O segundo fenômeno é a preocupação individual na inserção produtiva e no crescimento profissional, em que os interesses individuais falavam muito mais alto do que os interesses coletivos, aprofundando uma fragilidade na consciência da categoria e nas práticas que não alteravam as condições concretas da população-alvo das atividades assistenciais. Esses profissionais passaram a trabalhar não mais por vocação religiosa e sim em razão de uma carreira remunerada e por melhores condições de salários.

Esses dois perfis se misturaram e no entendimento de Martinelli (2011, p. 134) “tornava-se impossível, desta forma, desenvolver identidades de interesses, objetivos comuns e, especialmente, consciência política e crítica, uma vez que seus elementos fundantes eram tragados pela força da alienação.”

A PRÁTICA PROFISSIONAL: O ESFORÇO DE RUPTURA

O movimento de reconceituação teve como marco os países latino-americanos, a partir da década de 1960. Representou o início da denúncia e da contestação do “Serviço Social Tradicional”. Os assistentes sociais começaram a questionar sobre a dimensão político-ideológica da prática profissional e institucional, criando, assim, um ponto de inflexão entre os profissionais. Esse momento inquietante apareceu numa conjuntura de crise econômica e política, com o fim do populismo, a radicalização da política, com a tomada do poder pelos militares e a expansão do capitalismo imperialista, aumentando o nível de exploração dos países dependentes.

A realidade socioeconômica da classe trabalhadora juntamente com as mudanças no plano político colocou em questionamento o nível de desenvolvimento dos países subalternos. A classe trabalhadora passou a se organizar e a lutar por melhores condições de vida e trabalho. Esse conjunto de fatores passou a

[...]exigir dos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem a profissão, calcado ao atrelamento das demandas e interesses institucionais e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social (SILVA e SILVA, 2009, p. 72).

Para tanto, a construção dessa proposta exigiu da categoria profissional um esforço no sentido de discutir e realizar uma crítica, em nível teórico-metodológico, para que pudesse haver uma articulação entre a ação profissional e os interesses das classes populares.

Vale ressaltar que lamomoto (2011) sinaliza que o primeiro momento do movimento de reconceituação não significou uma ruptura total com o conservadorismo e que há necessidade de qualificar o que é a ruptura com a herança conservadora, quando afirma que:

Expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimação da ação profissional do Assistente Social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 37).

Sendo assim, a ruptura nesse momento significou uma tomada de consciência dos profissionais sobre o significado da sua prática que estava embebida de um projeto conservador burguês e que apenas reproduzia essa lógica. Isto posto, houve um esforço em mudar a prática profissional antes alienada, fetichizada e subjugada aos interesses econômicos, para uma prática aliada aos interesses da classe majoritária. Juntamente com essa disposição de alguns profissionais inicia, para Iamamoto (2011, p. 38), a “busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica”.

Para Netto *apud* Silva (2009, p. 83), o movimento de reconceitualização compreendeu três direções: a primeira foi a perspectiva modernizadora; a segunda, a atualização do conservadorismo e a terceira, a intenção de ruptura. Isso nos mostra que, apesar de haver um questionamento de fração da categoria profissional sobre a prática institucional e a ação profissional, o rompimento com o Serviço Social Tradicional não ocorreu de imediato. Contudo, o questionamento inicial foi um momento importante na história do Serviço Social, pois configurou-se como um marco na construção de alternativas de ação, num esforço de integração da profissão aos problemas estruturais, haja vista que a ação profissional não traduzia os interesses do público-alvo, que demandava os serviços das instituições prestadoras das políticas sociais.

Houve, então, a necessidade de rever os métodos e as técnicas que não expressavam a realidade concreta da classe trabalhadora. Sendo assim, segundo Silva e Silva (2009, p. 81), foi atribuído ao

“movimento um caráter dialético no sentido de redefinição teórico-prática, diante da dinâmica das conjunturas historicamente determinadas e do posicionamento profissional em face dessas determinações”.

Para Martinelli (2011, p, 137) “a ampliação do contingente profissional e a diversificação de seus integrantes” contribuiu muito na mudança de visão de mundo desses profissionais, bem como a inserção no campo empresarial junto aos trabalhadores, quando passaram a sentir de perto as dificuldades concretas vivenciadas por aqueles. Assim, contribuiu também no redimensionamento da consciência coletiva. Esses fatores aliados a uma conjuntura “efervescente” levaram uma parcela da categoria a questionar a prática profissional e a sua identidade atribuída pelo Estado e pelo empresariado.

À medida, porém, que os “agentes críticos” conseguiram libertar-se dos tentáculos da alienação, iniciou-se uma verdadeira odisséia, ao longo da qual negavam aquilo que tomaram historicamente por válido e real, superando a certeza sensível e a representação imediata. Tornando-se críticos de sua prática e da identidade à qual estava referenciada, adquiriam condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, captando a sua essência (MARTINELLI, 2011, p. 139-140).

Somente a partir da segunda metade da década de 70 que ocorre a intenção de ruptura com o serviço Social conservador. Há discussão e reflexão em busca de um novo perfil profissional e uma identidade que não aquela atribuída pelo Estado, mas atrelada à classe trabalhadora, e isso representou, segundo a compreensão de Silva e Silva:

A busca da construção de um Projeto Profissional, qualificado no presente estudo de ruptura, cujas marcas se expressam no esforço de deslocamento das bases teóricas do estrutural-funcionalismo, que cristaliza a feição conservadora da profissão, para uma aproximação com a tradição marxista, que passa a inspirar a busca da renovação teórico-metodológica da ação profissional (SILVA e SILVA, 2009, p. 83).

Isto implicou em uma mudança no referencial teórico e ao mesmo

tempo refletiu no referencial metodológico da prática profissional a partir da ruptura com a alienação, por parte da categoria profissional, que já não aceitava manter uma prática esvaziada de sentidos e desconectada com a realidade concreta da classe trabalhadora, a qual não reconhecia o trabalho dos assistentes sociais como uma prática que atendesse de fato às suas reais necessidades e muitas vezes o interpretava como imposição.

A categoria assumiu, desse modo, uma posição e uma prática ideológica com a introdução do materialismo histórico-dialético no interior da categoria dos assistentes sociais, produzindo assim uma mudança nos objetivos profissionais e uma aproximação com as forças sociais transformadoras, bem como a procura de um método de intervenção que tivesse uma unidade com o referencial ideológico e teórico. Essa mudança ocorreu, conforme Martinelli (2011), somente mediante a expansão da consciência crítica dos agentes, que puderam perceber o caráter conservador e burguês de sua prática social.

Vale ressaltar que esse momento culminou com o chamado “Congresso da Virada” (1979) e pelo “Método de BH”, que representou uma proposta alternativa ao Serviço Social Tradicional. Esta proposta envolveu critérios teóricos, metodológicos e interventivos, direcionados aos interesses da classe subalterna. O método alternativo foi elaborado pela PUC-Minas.

Silva e Silva (2009) levantou três teses configurativas do movimento de reconceituação. São elas: o desvelamento da dimensão político-ideológica da profissão; o caráter contraditório da prática e a redefinição do trabalho institucional. A autora desmistificou a neutralidade da prática profissional, haja vista que o Serviço Social está situado num contexto de correlação de forças antagônicas e de que há a possibilidade de um vínculo político-ideológico da prática profissional com os interesses de uma das classes sociais que compõem a estrutura capitalista. No interior da prática institucional existe um dilema, pois o profissional é contratado para exercer certas tarefas que implicam no domínio e controle da população que busca os serviços institucionais.

Entretanto, essa prática foi questionada pelo movimento de reconceituação e iniciou uma ruptura com esse tipo de ação profissional, tornando possível a articulação e o compromisso com os interesses coletivos para a construção de uma nova hegemonia na relação entre as classes sociais. O profissional a partir de sua prática poderia ter um vínculo com as classes populares, em que não apenas atuaria como crítico da formulação das políticas, mas também como mobilizador das classes subalternas.

Santos (1999) discutiu a questão dos obstáculos e dificuldades do processo de reconceituação. Uma delas foi o fato do exercício ideológico não ter acompanhado os elementos teórico-metodológicos correspondentes a uma prática científica oriunda do vínculo e dos interesses da classe trabalhadora.

A procura por um método de intervenção sintonizado com a teoria fez surgir a ideia da prática científica como a saída para uma prática transformadora. Acreditava-se que somente através do meio científico seria possível a neutralidade. No entanto, usar o meio científico não significava estar isento de uma ideologia.

Essa nova dimensão recaía na questão da produção científica e ao mesmo tempo na polêmica de não misturar ideologia com ciência. Na concepção de Santos (1999) essa relação não passava de uma distorção epistemológica, visto que o trabalho científico é dirigido por uma ideologia, e este fato não diminui uma revelação, ou um trabalho científico ou um fato não deixa de ser verdadeiro ou falso por ter sido guiado por uma ideologia.

A prática profissional no interior das instituições está embebida de pragmatismo e, por isso, levantou-se no meio profissional a impossibilidade de atuar dentro das instituições, haja vista que existem algumas barreiras que impedem a produção de trabalho científico. As barreiras institucionais estão atreladas a alguns motivos, entre eles a dependência a uma instância superior, e isso compreende uma subordinação; outro fator é a ligação com os interesses de classe e as tarefas que estão ligadas à prestação de serviço. Esses fatores deixam o profissional alienado, porque a sua tarefa é subordinada e,

como afirmou Santos (1999, p. 115), “o assistente social é um dos elementos mais condicionados a uma ação repetitiva e rotineira de pouca criatividade ou altamente mecânica”.

Pois, entende-se que a instituição defende os interesses de classe, é uma reprodutora das relações sociais e está embebida de pragmatismo, tornando assim o trabalho científico impossível de ser concretizado no seu âmbito. A partir daí surgiu a defesa pelo trabalho de base nas comunidades, entendendo que naquelas se encontra a realidade concreta da classe trabalhadora e que somente assim seria possível realizar um trabalho científico livre das ideias dominantes.

Santos (1999) considerou que o trabalho institucionalizado “tem um outro lado da moeda”, que a tendência dominante no interior das instituições não podia ser encarada como “absoluta e estática”, bem como as instituições estatais e particulares não eram “fortalezas inexpugnáveis da ideologia dominante”.

Passado esse momento inicial de negação do trabalho institucionalizado, ficou constatado, como enfatizou Santos (1991, p. 118), “que nem a fuga das instituições nem a aproximação aos setores populares, em si mesmas produzem uma prática científica”.

Os assistentes sociais têm assim, nas instituições, possibilidades de manter e aprofundar o contato com a população, estimular a reivindicação de seus direitos e conseguir algumas formas de organização autóctone. Igualmente o trabalho técnico que o profissional desenvolve exige dele um aprendizado e treinamento de formas operativas de trabalho, de planejamento e de execução que são, também, instrumentos reais de qualquer projeto de transformação (SANTOS, 1999: 118).

A busca pela ruptura representou também avanços e desafios tanto no nível ideológico como científico, visto que ainda assim se mesclavam o positivismo e o referencial histórico-dialético – o primeiro para o lado da ciência e o segundo para o pensamento – de tal forma que se estabeleceu um dilema entre ação e pensamento.

Contudo, com base na persistente busca de uma prática objetiva e ligada aos interesses das classes subalternas, a fim de tornar a

ação e o pensamento uma unidade, foi produzido um modelo metodológico de ação interventiva, como sendo uma experiência no âmbito acadêmico, com as devidas isenções do pragmatismo e interesses da classe hegemônica, peculiares no âmbito institucional.

Os assistentes sociais amadureceram com o salto ideológico que houve no interior da profissão. Deram-se conta de outros fatores diversos àqueles que entendiam como absolutos na transformação da sociedade, como o caráter classista do Estado, das políticas sociais e o papel dos técnicos e das instituições.

A partir de então, a prática profissional ganhou outra dimensão, ou seja, através dela seria realizada uma investigação social e, ao mesmo tempo, a produção de conhecimento, haja vista que todo o cotidiano profissional (método de trabalho, as pesquisas, o atendimento ao público, os desafios na execução das políticas sociais, etc.), não deixaria de ser elemento para a produção científica.

A PRÁTICA PROFISSIONAL: A EFETIVAÇÃO DA RUPTURA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL

A ruptura do Serviço Social tradicional se deu a partir da metade dos anos 70 e com avanço significativo nos anos de 1980. Momento em que foi difundida a ideia de repensar o conceito de Estado, Instituição e Políticas Sociais, bem como houve uma aproximação um tanto mais amadurecida das produções do Serviço Social com a teoria marxista. A partir de então, se iniciou a construção de um projeto profissional comprometido com os interesses das classes populares, tendo como meta a transformação social.

Silva e Silva (2009), nos seus estudos sobre a trajetória teórico-metodológica do projeto profissional de ruptura, abordou alguns eixos articuladores em nível operativo e metodológico que viabilizassem o projeto profissional de ruptura, realçados por autores nos anos 80. São eles: Formação de alianças, Educação popular e Investigação-ação.

A Formação de alianças dizia respeito à interação do assistente social com os usuários e outros profissionais, com movimentos

sociais e com organizações dos trabalhadores. Em razão da correlação de forças no interior das instituições, essa proposta de prática estava vinculada com os interesses da população, bem como colocava a possibilidade de estabelecer um vínculo orgânico do assistente social com as lutas populares, contribuindo desta “forma com a formação de consciência e identidade de classe”, segundo Silva e Silva (2009, p. 176).

O eixo Educação popular compreendia que o assistente social devia colocar sua prática a serviço das necessidades das classes populares, com o objetivo de proporcionar uma reflexão do cotidiano vivenciado pela classe trabalhadora, de maneira que pudesse contribuir na construção do saber popular e, posteriormente, na resistência da hegemonia da classe dominante.

Por último, o eixo Investigação-ação foi abordado por Silva e Silva (2009, p. 182) como sendo um “esforço de investigação e construção de um saber, desenvolvido em conjunto com a população envolvida”. Vale ressaltar que esse eixo é bastante importante para o Serviço Social, uma vez que possibilitou aos assistentes sociais conhecimento sobre as formas de organização da classe trabalhadora, de modo que pudesse oferecer elementos para apoiar essa organização como proposta de ação que poderá ser desenvolvida.

Iamamoto (2007, p. 30) afirmou que a década de 80 foi muito “fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social”, uma vez que, durante duas décadas, a categoria profissional construiu coletivamente as diretrizes que norteiam hoje o projeto profissional: o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da profissão (1993) e as Propostas de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Convém destacar que esse conjunto de mudanças operadas no Serviço Social refletiu também na revisão do ensino, pois, para mudar a atuação dos assistentes sociais frente às manifestações da questão social, seria também necessária uma preparação acadêmica sintonizada com a nova proposta de aliar a prática profissional aos interesses das camadas populares com vistas à transformação

social. Isto posto, em 1996 a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) aprovou uma nova proposta de currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Esta proposta encontra-se estruturada em três núcleos temáticos (dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, dos fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e dos fundamentos do trabalho profissional), que articulados formam um conjunto de conhecimentos e habilidades que são necessárias à qualificação profissional dos assistentes sociais.

Sobre esses avanços substanciais ocorridos no Serviço Social nas duas décadas 80/90, Iamamoto (2007, p. 51) considera “um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade”, através da visibilidade que o Serviço Social adquiriu pelo novo Código de Ética, das revisões da legislação profissional, do ensino acadêmico e do aumento de produção científica. Desta forma, a assistência social deixou de ser meramente uma caridade para ser direito social e uma política pública e todas essas conquistas foram frutos do amadurecimento profissional e de decisões coletivas, que envolveram uma relação de continuidade e ruptura (IAMAMOTO, 2007).

É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 51).

Os impasses aos quais a autora fez menção dizem respeito à defasagem entre o trabalho intelectual e o exercício da prática profissional, além da construção de estratégias técnico-operativas. Lembrando que essa questão é alvo de reclamação dos estudantes quando chegam ao campo de estágio e não conseguem articular teoria com a prática, criando assim um ideário no meio profissional de que na prática a teoria é outra. A razão atribuída a esses impasses é o trato teórico-metodológico rigoroso que foi cultivado, lembrando

que o Serviço Social se aproximou de fundamentos de diferentes matrizes teóricas, como o positivismo, fenomenologia e o marxismo.

Para Iamamoto (2007), esse longo voo teórico devia ser preservado, mas, ao mesmo tempo, aliado à dinâmica do contexto histórico da sociedade. A autora destacou ainda quão importante é a pesquisa da realidade concreta das classes populares, a fim de que seja “atribuído um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, resguardados os seus componentes ético-políticos” (IAMAMOTO, 2007, p. 52).

Com a CF/88, a Assistência Social passou a fazer parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e Saúde, deixando para trás a marca da caridade, que fez parte da origem do Serviço Social, sob a influência da Igreja Católica. Ganhou então *status* de direito social como meio de efetivação da cidadania; segundo Silva e Silva (2009, p. 126), “tornando-se espaço privilegiado da prática profissional”.

Em 1993, o Código de Ética profissional foi reformulado por uma necessidade sentida pela própria categoria frente a todas as transformações sociais que estavam ocorrendo. A revisão do Código de Ética de 1986 foi fruto de vários encontros e debates e contou com a participação ativa dos assistentes sociais de todo o país, expressando assim as aspirações coletivas dos profissionais.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade (CFESS, 2012).

O Código de Ética de 1993 reafirmou valores fundantes como a liberdade, a justiça social e a democracia, considerando que esta é compreendida como um valor ético-político central, uma vez que

somente num regime político democrático pode-se assegurar a liberdade e a equidade. Ao mesmo tempo o referido código favoreceu a ultrapassagem limitante que a ordem burguesa impôs ao exercício da cidadania, da efetivação dos direitos individuais e sociais. Outro aspecto importante dessa revisão foi também com relação à normatização do exercício profissional, de forma que aqueles valores fossem exercitados na relação entre assistentes sociais, instituição/ organização e a população de tal modo que fossem preservados os direitos e deveres do profissional e a qualidade dos serviços prestados aos usuários da assistência social.

Dessa revisão do Código de Ética ressurgiu de forma madura o Projeto ético-político do Serviço Social (PEP), pois sua gênese data da metade dos anos 1970, tendo como marco o “Congresso da Virada”, ao passo que seu avanço se deu nos anos 1980.

Todo projeto profissional está ligado a um projeto societário, ambos por sua vez decorrem de práticas e atividades variadas da sociedade. Existem duas formas de prática: aquela que transforma a natureza e a outra que influencia o pensamento e o comportamento dos sujeitos. A prática profissional do assistente social não se constitui em *práxis* produtiva, porém nela está impressa uma determinada direção social por meios das diversas ações profissionais e por isso, essa prática incide sobre o comportamento e ação dos homens.

Os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores e isto envolve pensar estratégias de transformação e implica também no pressuposto fundante do projeto ético-político que é sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. O PEP do Serviço Social está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/

ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (BARATA; BRAZ,2009, p 5-6).

No aspecto sobre os compromissos Netto (1999) disse que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 15).

Netto *apud* Barata e Braz (2009, p.7) discutiu que os elementos constitutivos do PEP do Serviço Social são: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.”.

Quanto aos componentes que o materializam, o primeiro está relacionado com os princípios e valores ético-políticos; já o segundo é a matriz teórico-metodológica em que se sustenta; e o terceiro surge da crítica do capitalismo que produz a miséria e a desigualdade social e, por último, se refere ao envolvimento com as lutas e posicionamento político. Esses elementos se tornam visíveis através de certos componentes construídos pelos assistentes sociais, como a produção de conhecimento no interior da profissão, as instâncias político-organizativas da profissão – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Diretório Acadêmico (DA) e Centro Acadêmico (CA) e a dimensão jurídico-política da profissão (Lei de Regulamentação, Código de Ética, as legislações sociais).

Vale ressaltar que esses elementos são os instrumentos que viabilizam a materialização do projeto profissional na realidade concreta, constituindo-se uma projeção coletiva dos assistentes sociais.

Por outro lado, existem muitos desafios para a materialização desse projeto profissional, levando em conta que a luta é por uma transformação social, diferente da instituída, e é natural que sejam enfrentados muitos desafios no interior da prática profissional. Barata e Braz (s/d) afirmaram que são necessárias duas reflexões em torno deste assunto.

A primeira diz respeito à natureza dos projetos, de que não há relação de identidade entre o que planejamos e o que realizamos, visto que a realidade é objetiva e por isso é diferente do plano subjetivo, ou seja, não conseguimos controlar os aspectos que incidem na realidade, pois a mudança ou transformação da realidade não depende apenas de nossas atitudes. O segundo aspecto da reflexão é sobre os elementos e os princípios do projeto ético-político que formam a identidade ou a autoimagem da profissão. Tais princípios estão na contramão da sociedade capitalista, tornando assim sua execução incompatível com a sociabilidade do capital; por conta disso é um projeto antagônico com a realidade. Entretanto, como a profissão é determinada pelas contradições de classe, a prática profissional tem uma dimensão política, cabendo aos assistentes sociais:

Escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital (BARATA; BRAZ, 2009, p. 11).

Isto posto, teremos que levar em consideração os desafios para a materialização do PEP do Serviço Social, que implicam na prática

profissional, que vem sendo tensionada pela onda neoliberal e por uma reação conservadora no meio profissional, como o modo de pensar que tem afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e reforçado o triunfo do modo de produção capitalista.

As estratégias do capital para recuperar as altas taxas de juros após a crise econômica, que invadiu os países centrais nos anos 70, envolveram mudanças nas formas de produção da riqueza, como a introdução da microeletrônica, implicando em outras mudanças político-institucionais nos Estados nacionais e no enfraquecimento da resistência da classe trabalhadora. O resultado dessas estratégias repercutiu fortemente no trabalhador, agravando suas condições de vida com o rebaixamento dos salários, a precarização dos contratos de trabalho e o desemprego estrutural.

Essas mudanças no mundo do trabalho trouxeram consequências à prática profissional dos assistentes sociais e ao projeto ético-político. Todavia, como afirmaram Barata e Braz:

A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (BARATA; BRAZ, 2009, p.16).

Sendo assim, que possamos não esmorecer em momentos de crise do capital, mas reforçar a construção coletiva profissional, projetando para o futuro outros caminhos que nos levem à concretização de uma sociedade mais justa e menos opressora e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da prática profissional do Assistente Social foi e continuará sendo um grande desafio para a categoria profissional,

principalmente em momentos de crise do capital. Com as mudanças no mundo do trabalho e o rebatimento nas políticas sociais, em decorrência da ofensiva neoliberal que efetivou cortes na área social, justificando que a crise decorre do alto investimento do Estado em políticas sociais, os assistentes sociais foram atingidos na prática interventiva no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais e na sua condição de trabalhador.

Os assistentes sociais enfrentam o desafio de conciliar o projeto ético-político profissional e as demandas e exigências da instituição empregadora que impõe muitas vezes ao profissional a evocação da prática do passado do assistencialismo, da caridade e do favor. Desta forma, a intervenção do profissional acaba sendo pontual, focalista e imediata, restringindo-se em administrar os recursos escassos entre os pobres mais pobres, comprometendo a efetivação dos direitos sociais que estão sendo atingidos diariamente pela política neoliberal que prioriza o sistema financeiro em prejuízo das políticas sociais, adotada após a construção da Constituição Federal em 1988, mais efetivamente no governo FHC.

Porém, em meio a toda essa crise do capital e seus rebatimentos na prática do assistente social, o que importa é continuar na luta para construir uma sociedade mais justa e sem exploração de classe. Para tanto, é necessário que o assistente social também busque capacitar-se para seu fortalecimento e, ao mesmo tempo, para desenvolver habilidades que contribuam na construção de estratégias de intervenção na vida concreta dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no enfrentamento da lapidação dos direitos sociais.

Torna-se importante destacar que o profissional de Serviço Social não é um "mero garantidor de direitos", pelo contrário, esses profissionais majoritariamente são contratados por instituições para desenvolver projetos, formular políticas, assessorar e dar consultoria em matéria de Serviço Social e políticas públicas, entre outras atribuições. A visão de "mero executor" tem que ser superada na prática profissional, pensando sua referida prática e refletindo sobre a essência das demandas institucionais.

Analisar o Serviço Social e pensar essa prática tem se mostrado o maior desafio para os profissionais, devido ao fato de a conjuntura brasileira ser tão adversa e exigir dessa classe respostas cada vez mais imediatas, o que acaba favorecendo o pragmatismo profissional e fortalecendo o conservadorismo.

Muito há de ser feito para que se efetivem os meios propostos pelo projeto ético-político profissional, com o intuito de oportunizar o acesso à cidadania de forma plena – não só como sinônimo de democracia – e de conseguir a verdadeira emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZ, Marcelo.; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O Projeto ético-político do Serviço Social. In CFESS; ABEPSS (Org). *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*, 2009, p. 1-19.
- Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: CFESS, 2012, p. 13-57. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, p. 122. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 11 mar. 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999, p. 1-22.

SANTOS, Leila Lima. *Textos de serviço social*. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2009.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.